

Relação Serviço Social e movimentos sociais a partir dos fundamentos do Serviço Social

Relationship between Social Work and social movements from the foundations of Social Work

Kathleen Pimentel dos Santos*

Resumo: O presente artigo busca discutir o processo de aproximação da relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais a partir dos seus fundamentos, a fim de compreender como esta temática vem sendo incorporada nas pesquisas e produções dos/as assistentes sociais. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, cujas fontes são de natureza bibliográfica. Em seus resultados preliminares, evidencia-se que, quantitativa e qualitativamente, ainda que os processos aproximativos dessa relação estejam hegemonicamente impressos no seu projeto profissional, a temática dos Movimentos Sociais apresenta redução entre o número de pesquisas e produções da área do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social; Movimentos sociais; Fundamentos; Formação profissional; Prática profissional.

Abstract: This article seeks to discuss the process of approximation of the relationship between Social Work and Social Movements from its foundations, in order to understand how this theme has been incorporated into the research and production of social Workers. This is an exploratory research, with a qualitative approach, whose sources are of a bibliographic nature. In its preliminary results it is evidenced that, quantitatively and qualitatively, although the approximative processes of this relationship are hegemonically imprinted in its professional project, the theme of Social Movements presents a reduction among the number of researches and productions in the area of Social Work.

Keywords: Social services; Social movements; Fundamentals; Vocational training; Professional practice.

Introdução

O Serviço Social brasileiro tem marcado uma trajetória de ruptura com o conservadorismo¹, empreendendo esforço teórico e político para ultrapassagem do viés

* Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Políticas Sociais (GEPSSO). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Marxismo e Serviço Social (NEPMASS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6539-6056>

¹ O Projeto Profissional do Serviço Social instituiu-se hegemonicamente, não de forma homogênea. Isso significa que o conservadorismo declina, mas não desaparece completamente, não sendo um impeditivo para estar presentes nas disputas de diferentes projetos societários e profissionais. Nos lembra autores como Braz e Teixeira (2009) e Yazbek (2009) que o pluralismo teórico presente na categoria permite que diferentes matrizes de pensamentos se apresentem e disputem a hegemonia entre si, dentre ele a defesa de correntes teóricas conservadoras.

empirista e pragmático presente na tendência conservadora. O marco desse processo se deu com o Movimento de Reconceitualização latino-americano, sob movimentações de superação do Serviço Social Tradicional em meados da década de 1960, alcançando o Brasil como Movimento de Renovação Profissional na segunda metade dos anos 1970.

A dissolução dos fundamentos tradicionais do Serviço Social acompanhou as tendências presentes na dinâmica capitalista em ordem monopólica. O tensionamento entre as mobilizações populares e o projeto reformista autocrático-burguês fomentou o repensar, em nível teórico, prático e político, de autocrítica da profissão, imprimindo uma tendência mais crítica à sua direção profissional. As alterações político-ideológicas foram possibilitadas pela emergência das organizações de classe dos trabalhadores e a interlocução com a tradição marxista (Moro; Marques, 2011).

Nesse ínterim, com a construção do Projeto Profissional de Ruptura, norteado pela teoria social marxista, e em intenso debate com entidades próprias da profissão, reelaboraram-se a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional com o objetivo de “[...] atuar com mais efetividade na defesa dos direitos humanos e no compromisso com os movimentos sociais, em consonância com os interesses da classe trabalhadora e suas organizações sociais” (Souza; Castro, 2013, p.2).

Forma-se o pressuposto de que o processo de aproximações entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais permite que essa temática permeie tanto as produções dessa categoria profissional, quanto seja eixo da formação e prática/exercício profissional. Diante disso, este trabalho objetiva identificar o panorama atual da incorporação da temática dos Movimentos Sociais como objeto de investigação dos/as assistentes sociais, a partir de pesquisas e da literatura existente.

Para alcançar esse objetivo, o artigo estrutura-se em duas seções. Primeiro, expõe como ocorre a construção da relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais segundo os fundamentos da profissão. Na segunda seção, apresenta o panorama atual da incorporação dos Movimentos Sociais como eixo da formação, da prática e das produções teóricas da categoria profissional.

As análises e os resultados aqui apresentados foram desenvolvidos através de pesquisa bibliográfica, buscando compreender os elementos teóricos que circunscrevem os fundamentos do Serviço Social e sua relação com os movimentos sociais, bem como a incorporação do debate sobre movimentos sociais na produção de conhecimento da profissão. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, à luz do materialismo histórico-dialético.

Fundamentos do Serviço Social brasileiro e sua relação de aproximação com os movimentos sociais

O Serviço Social surge no Brasil na década de 1930, confluindo respostas aos desdobramentos do capitalismo, diante do contexto econômico e social que onerava fortemente os/as trabalhadores/as, aprofundando o tensionamento entre a classe trabalhadora e o Estado, enquanto representante dos interesses da classe dominante. Nesse momento, o Serviço Social emerge como ação movida pelo Estado e vários setores particulares da burguesia, com forte referência nas doutrinas sociais da Igreja Católica sob influência europeia (especialmente no ideário franco-belga) e no pensamento tomista e neotomista (Yazbek, 2009) e ao viés reformista do pensamento conservador.

Isso denota que os primeiros objetivos político-sociais do Serviço Social brasileiro se orientaram por posicionamentos de cunho humanista conservador, distantes dos ideários liberal e marxista, igualmente apartados dos interesses das classes populares. O viés reformista de tendência empiricista e pragmatista do pensamento conservador prevaleceu na profissão até o final da década de 1950 sob os princípios teóricos e políticos do Serviço Social Tradicional².

Mudanças no contexto econômico e político dão a tônica da “erosão”, termo utilizado por Netto (1996), do tradicionalismo. Com a crescente industrialização e urbanização desencadeadas na realidade brasileira na década de 1950, cumprindo o projeto desenvolvimentista, e a chegada do regime autocrático burguês na década de 1960, têm-se a exponenciação das refrações da questão social, sendo tratadas pelo Estado ditatorial através de políticas sociais crescentemente centralizadas e focalizadas, fazendo surgir novas instituições públicas de planejamento e execução dessas políticas.

De acordo com Netto (1981, p. 74), dada a complexificação da contextualidade sociopolítica, há requisição de um novo padrão de desempenho profissional, posto que “os padrões de intervenção do Serviço Social tradicional são incompatíveis com o mínimo de eficácia que a modernização social implementada [...] desde 1964 pela ditadura brasileira exige”.

Embutido às alterações conjunturais, a superação do tradicionalismo reúne um esforço teórico e político a partir “da recusa de uma ação mais burocratizante e na busca por reformas sociais [...]” em que a categoria profissional busca “um método de trabalho social de perspectiva mais crítico, atuante e propositivo, diante das particularidades da realidade social” (Pereira;

² Para Netto (1996, p. 60), o Serviço Social Tradicional é compreendido como a “prática profissional empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada. Esse, fundamenta-se em uma ética liberal burguesa e sua teleologia consiste na correção funcionalista de resultantes psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sempre pressupostos a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável”.

Oliveira, 2019, p. 144). Assim, em um movimento contraditório, ocorre o processo de ultrapassagem do Serviço Social Tradicional com a emergência do Movimento de Reconceituação de caráter latino-americano, denominado no Brasil de Movimento de Renovação. Kamitani (2007) ressalta que a Reconceituação acompanhou uma conjuntura de fortalecimento da organização dos trabalhadores e o crescimento da luta de classes, como corolário do declínio da onda longa expansiva do capital no final dos anos 1960, que ocasionou uma crise de impactos grandiosos na década seguinte, exponenciando as contradições capitalistas.

A busca teórica do Serviço Social levou a categoria profissional, dos anos 1960 aos anos 1980, à seminários e congressos que construíram os diálogos e debates que marcam o Movimento de Renovação, constituído, segundo Netto (1996), em três principais tendências. A primeira, a modernização conservadora, que ao mesmo tempo que moderniza, mantém um aspecto conservador, aparece como direção ao Serviço Social na metade dos anos 1960, sendo uma perspectiva que oferece um aparato técnico aos valores tradicionais da profissão. Segundo Yazbek (2009, p. 8), “incorpora abordagens funcionalistas, estruturalistas e positivistas voltadas a mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade”. Com relação a reatualização do conservadorismo, surgiu em meados dos anos 1970 e recebe inspiração da fenomenologia, centrando nas práticas individuais e, segundo Yazbek (2009), priorizando as concepções de pessoa, diálogo e transformação dos sujeitos.

A última tendência, hoje compreendida como hegemônica no interior da profissão, iniciada em meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, difere das outras tendências por ser a única perspectiva com proposta de completa superação ao conservadorismo, e denomina-se Intenção de Ruptura. Apresenta bases teórico-metodológicas e prático-profissionais com ruptura ao tradicionalismo profissional (Netto, 1996) demarcando, no plano ídeo-político, o rompimento com o histórico conservadorismo do Serviço Social.

É na crise e declínio do regime da autocracia burguesa, com a abertura política e o retorno à cena política de diversos sujeitos políticos coletivos “[...] como sindicatos, partidos e movimentos sociais, com vistas aos processos de mobilização, organização e reivindicação dos direitos e políticas sociais” (Paulista, 2009, p. 72), que essa perspectiva ultrapassa as discussões universitárias e alcança diversos segmentos profissionais.

Segundo Yazbek (2009), essa tendência remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes, configurando uma aproximação com o marxismo, trazendo para o Serviço Social latino-americano a teoria social de Marx como matriz teórica. Apesar de

inicialmente essa aproximação ocorrer empobrecida e marcada por um forte pragmatismo através de manuais populares e partidários e não nas fontes originais (Silva, 2007), nos anos 1980 verifica-se a interlocução com as fontes marxianas, imprimindo uma direção ao pensamento e à ação social do Serviço Social brasileiro, conferindo-lhe uma maturidade intelectual à profissão.

Nesse movimento, a maturação acadêmica e profissional adquirida no processo de renovação permitiu ao Serviço Social a possibilidade de posicionamento e defesa junto aos sujeitos coletivos que se manifestam no cenário social brasileiro (Moro; Marques, 2011). Afirmam Moro e Marques (2011, p. 26) ao falar de Santos (1985) que

[...] a descoberta do assistente social enquanto parte da classe trabalhadora o leva a alternativas políticas e profissionais junto aos movimentos sociais, intensificando as aspirações democráticas e populares, ampliando os espaços de participação, poder e pressão desta categoria profissional.

Yazbek (2009) chama atenção que a incorporação e a construção da hegemonia de novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos da profissão se desenvolveu sob um amplo debate pela categoria profissional, marcado pelo pluralismo de diferentes tendências, mas que concebe a hegemonia da tradição marxista. Com a introdução do referencial marxista e o aprofundamento das dimensões profissionais do Serviço Social a partir de um esforço de leitura de realidade mais crítica e um amplo debate com a categoria profissional, que, progressivamente, o comprometimento político com a classe trabalhadora foi incorporado na atuação dos/as assistentes sociais.

Moro e Marques (2011) apontam que essa escolha ético-política foi sentida inicialmente por meio da articulação político-organizativa da profissão via entidades da categoria, com destaque para Associação Nacional dos Assistentes Sociais (1983), pela integração de um segmento de profissionais envolvidos com as lutas presentes na sociedade. Essa iniciativa reunia o empenho em fortalecer os vínculos da profissão com as lutas gerais empreendidas pela classe trabalhadora, além de “garantir o encaminhamento das demandas específicas da categoria, tais como o plano de cargos e carreiras dos servidores públicos federais (PCC) e as condições de trabalho, salário e carga horária dos assistentes sociais” (Moro; Marques, 2011, p. 26).

De acordo com Abramides e Cabral (2009, p. 97) essa vinculação – entidades e lutas sociais – fortalece “[...] a inter-relação do exercício profissional com os movimentos sociais de luta por direitos, que ganha estatura no âmbito da luta institucional, a partir da promulgação da Constituição em 1988”. A permanência da inserção profissional nas instâncias de luta dos/as trabalhadores, a manutenção da dimensão político-organizativa para a rearticulação do Serviço

Social com os movimentos sociais e o aprofundamento da sua concepção vem com o amadurecimento teórico e intelectual da profissão (Moro; Marques, 2011). Possibilitado, não exclusivamente, mas essencialmente pela maioria alcançada pela teoria social marxista.

Esse referencial teórico, posteriormente, é incorporado pela maioria da categoria, e dota a profissão de clareza quanto sua natureza e utilidade social (Araújo, 2008). Moro e Marques (2011, p. 27, grifos dos autores), esclarecem que é justamente o reconhecimento e “[...] organização dos assistentes sociais *como trabalhadores e com trabalhadores* que se pode pensar o estabelecimento de um vínculo orgânico do Serviço Social com os movimentos sociais”.

A base marxista incorporada nos referenciais profissionais como recusa e enfrentamento do conservadorismo profissional, que rompe com a [...] visão a-histórica e técnico burocrática que marcou a origem da profissão (Araújo, 2008) estão materializadas no projeto ético-político do Serviço Social. Elementarmente, esse projeto profissional que congrega a imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus conhecimentos teóricos e interventivos, etc. (Netto, 2006), vincula-se “[...] a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (Netto, 1999, p. 15).

A escolha ético-política adotada e maturada no projeto de ruptura construiu uma relação aproximativa com os movimentos sociais no âmbito da formação profissional, na ação político-organizativa da categoria e na prática profissional. Duriguetto (2014), ao se aproximar da relação interventiva do Serviço Social com os processos de mobilização e organização popular, aponta as diretivas instituídas que correspondem a essa perspectiva, como a Lei de Regulamentação Profissional (1993) e o Código de Ética Profissional (1993), destacando que ultrapassam a dimensões normativas, estabelecendo-se como orientações táticas-estratégicas e ético-políticas. Importa destacar os trechos dos referidos documentos, apresentados pela autora, que explicitam a defesa da relação da ação profissional do Serviço Social com as lutas coletivas.

A Lei de Regulamentação Profissional (1996), em seu art. 4º, parágrafo IX, determina como competência do/a assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. No Código de Ética (1993), a relação com as lutas coletivas aparece como direito profissional, em “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação pela democracia e dos direitos de cidadania” (art. 12º, alínea b), e “respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras” (art. 13º, alínea c).

A relação de vinculação entre o Serviço Social e os movimentos sociais, de igual

maneira, aparece no âmbito da formação profissional incorporada e reafirmada nas Diretrizes Curriculares de 1996, a fim de contemplar o perfil profissional crítico por meio “da unidade entre teoria e prática, mediante a transversalidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, tendo como ponto de referência os pressupostos das Diretrizes Curriculares” (Marozene; Britto; Ferreira, 2018, p.7).

A trajetória analisada até aqui, através da compreensão dos fundamentos do Serviço Social, possibilitou acompanhar a consolidação de um projeto profissional e de uma formação que preconiza a relação teoria-prática afinada com as lutas coletivas, subsidiando uma atuação profissional compromissada com as classes populares. Não diferentemente, pelo caráter investigativo da profissão, a relação da profissão com os processos de mobilização popular deve ser incorporada nas pesquisas e produções teóricas das/os assistentes sociais.

Incorporação da temática movimentos sociais nas pesquisas e produções do Serviço Social: o debate enquanto profissão investigativa e interventiva

A preocupação em acompanhar a temática da relação Movimentos Sociais e Serviço Social na conjuntura atual revela-se pela própria natureza investigativa da profissão, com o reconhecimento de que o “desenvolvimento da investigação pelo profissional, no nível da razão dialética, possibilita uma visão crítica e reflexiva sobre os elementos da realidade, buscando promover a ultrapassagem de uma concepção meramente superficial para a busca pela essência dos fenômenos” (Costa; Gonçalves, 2020, p. 125).

Sem a intenção de sobrepor o âmbito formativo ao exercício profissional, ou ainda simplificar a relação teoria-prática, mas a fim de realçar que os debates e discussões dentro da formação profissional podem frutificar intervenções mais especializadas no que se refere a atuação junto aos movimentos sociais, considerando que “do conhecimento não se extraem diretamente indicativos para a ação, para a prática profissional e interventiva. Mas não se terá uma prática eficiente e inovadora se ela não estiver apoiada em conhecimentos sólidos e verazes” (Netto, 2011, p. 21).

A defesa dessa perspectiva aparece com a interlocução com o marxismo, que proporcionou maturidade intelectual a profissão no âmbito do impulso à criação dos cursos de pós-graduação a partir dos anos 1970, que foi o espaço em que a área se apropriou do debate intelectual contemporâneo das Ciências Sociais e se desenvolveu na pesquisa sobre a natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, sua formação, história e a realidade onde se insere como profissão. A centralidade da pesquisa é reforçada nas Diretrizes Curriculares (1996) como um componente essencial da formação e do exercício profissional e destaca-se também como

como instrumento para o profissional analisar, dialogar com a realidade e subsidiar alternativas a ela (Silva, 2007).

Essa adoção e defesa da atitude investigativa dos/as assistentes sociais aparece como imprescindível, posto que a realidade enfrentada pela prática profissional é uma fonte de conhecimentos e o conhecimento dessa realidade é essencial para responder as demandas postas por ela (Costa; Gonçalves, 2020). Diante disso, acaba por tornar imperativo alinhar os temas que constituem o universo interventivo da profissão a profissão. Considerando a temática movimentos sociais como presente nos instrumentos normativos da profissão, e dado os desdobramentos que acometem as lutas e os movimentos sociais na conjuntura neoliberal a partir dos anos 1990, a colocam (ou não) na ordem das pesquisas dos/as assistentes sociais.

Estudos e pesquisas já demonstram essa preocupação. Iamamoto (2011, p. 461), ao verificar a categorização dos eixos temáticos dos projetos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, aponta que “[...] a área temática com menor investimento na pesquisa refere-se aos conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular”. Completa essa preocupação a pesquisa de Guimarães (2022), ao analisar os projetos políticos-pedagógicos de cursos presenciais da região Nordeste³ e notar algumas tendências no âmbito acadêmico: a discussão acerca das lutas e movimentos sociais não aparece, ao menos em termos de conteúdos e referências, mediada pela relação com a profissão e seu exercício profissional; o trabalho profissional de assistentes sociais com movimentos sociais não assume um lugar expressivo de debate; a presença de lógicas antagônicas e estranhas aos debates coletivos da categoria, indicando expressivas disputas teóricas e políticas expressas por dentro da formação.

Um ponto central para compreender esse cenário está nos processos que acompanham a educação superior. Guimarães (2020, p. 44), aponta que a aprovação das Diretrizes Curriculares pelo Conselho Nacional de Educação/Ministério de Educação (CME/MEC) representa um contraponto à direção social da formação profissional dos/as assistentes sociais, resultando em “distorções, reducionismos e esvaziamentos em relação à proposta original formulada para a formação de assistentes sociais no Brasil, com implicações importantes para os rumos da formação e do exercício profissional”. As consequências se acumulam posto que

os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional desaparecem e princípios como a adoção de uma teoria social crítica, a

³ Guimarães (2020), determina dentro do universo de 90 Unidades de Formação Acadêmica (UFA) uma amostra de pesquisa 27 (vinte e sete) projetos político-pedagógicos de cursos presenciais da região nordeste, o equivalente a 30% do nosso universo de análise. Destes projetos pedagógicos, contabilizam-se 17 (22,97%) do total de cursos privados da região e 11 (68,75%) do total de cursos públicos. Amostra que nos pareceu representativa para os propósitos da nossa investigação.

indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, a ética como princípio formativo perpassando a formação e o exercício do pluralismo em luta pela direção social da formação profissional foram suprimidos e/ou sofreram gritantes alterações no sentido do seu rebaixamento. Os núcleos de fundamentação sofrem os maiores reducionismos e aparecem desconfigurados em sua lógica, assim como desaparecem as matérias básicas e as concepções contidas nas diretrizes da ABEPSS para disciplinas, seminários temáticos, oficinas, etc. Tudo fica a cargo das definições dos colegiados de curso (Guimarães, 2020, 44-45).

Notamos mais intimamente esse processo relacionado a tematização dos movimentos sociais na nova proposta do CNE/MEC quando vimos desaparecer do perfil profissional sua relação com os movimentos sociais. Em sua nova elaboração, não há mais menção aos movimentos sociais em seu conteúdo, referindo-se que o perfil profissional atenda “[...] usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho”⁴. Essa retração também é sentida quando observamos que o ensino da relação profissional com os movimentos sociais não consta no conteúdo da nova organização curricular, contrariando a proposta original das Diretrizes Curriculares de 1996 em que essa temática compreende três Matérias Básicas, e do que considera o documento da Comissão de Especialistas, de 1999, que as consolidam, onde aparecem em quatro Tópicos de Estudo (ABEPSS, 2022).

Esses contrapontos no âmbito formativo têm sua preocupação intensificada quando retomamos a dimensão investigativa enquanto capaz de capacitar o/a assistente social para a leitura da realidade no seu exercício profissional, para captar as mediações e as possibilidades de construção de estratégias para o atendimento das demandas e para construção de ações qualificadas, como nos lembram Costa e Gonçalves (2020). O impacto disso, considerando a unidade investigação-intervenção, vem sendo sentida na retração do trabalho profissional junto aos movimentos sociais, constatado através de um diminuto número de produções que relatam experiências de assistentes sociais em organizações e movimentos sociais.

Pesquisas e estudos demarcam esse panorama, ilustrando que embora a temática não desapareça no seio da profissão, não alcançam espaço de prioridade. Silva (2009), ao analisar a publicização de trabalhos no decurso de três décadas nas edições da Revista Serviço Social e Sociedade, aponta que, embora a temática movimentos sociais populares, organização popular e lutas sociais esteja entre as temáticas pesquisadas, há uma redução considerável no interesse pelo tema quando na década de 1979-1989 as publicações marcam 5,79%; na década seguinte, 1990-1999, essa abordagem é de 4,36%, acentuando-se na década de 2000-2009, com apenas

⁴ Anteriormente, o texto colocava no horizonte do perfil profissional os movimentos sociais como espaço de atuação e articulação, assim constava “Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais” (ABEPSS, 1996).

1,34%.

Constata-se, portanto, que a tendência verificada por Duriguetto (2014), em que a tematização e atuação profissional e as relações com os movimentos sociais sofre uma curvatura nos pós-1990 se comparado aos anos 1980, se mantém e se acentua. Continua essa constatação quando nos aproximamos nos estudos de Dal Moro e Marques (2011), apontando que no período de 1995-2008, dentre os trabalhos publicados nos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), somente 3,82% abordam a temática dos movimentos sociais. Observa também que os trabalhos que tratam de experiências de intervenção profissional junto aos movimentos sociais não ultrapassam mais que 6%.

No que se refere a década seguinte, podemos observar através da sistematização realizada pela ABEPSS (2022)⁵, que a discussão sobre a temática dos movimentos sociais possa representar “[...] um tema oculto no debate profissional”, com “pouca visibilidade nas análises do Serviço Social (Dal Moro; Marques, 2011, p. 32), mesmo com o crescente número de pesquisas e estudos realizados na área do Serviço Social, além do seu reconhecimento na produção de conhecimento. Isso porque, analisando quantitativamente, verificamos que, dos 4954 trabalhos aprovados nos eventos do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Encontro Nacional de Política Social (ENPS) e a Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), entre 2011-2015, apenas 353 se encaixam no eixo dos movimentos sociais, não ultrapassando 7%, conforme Dias (2021 *apud* ABEPSS, 2022).

Em termos qualitativos, podemos ainda observar algumas tendências. Os trabalhos identificados nas edições ENPESS de 2012, no CBAS de 2013 e no ENPESS de 2014 que tratam dos movimentos sociais são marcados pela prevalência do debate teórico em comparativo às discussões que tratam a prática concreta, considerando que, do total de 169 trabalhos identificados no eixo que aborda essa temática, nas três edições, majoritariamente estão concentrados em reflexões teóricas.

⁵ A ABEPSS (2022), ao lançar o documento “Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social”, sistematiza os dados dos relatórios de gestão do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social dos anos 2013/2014, 2015/2016, 2017/2018 e 2019/2020, além de produções acerca do estado da arte da temática de movimentos sociais nos ENPESS e CBAS, entre elas Dias (2021).

Tabela 1. Publicações sobre Movimentos Sociais nos CBAS e ENPESS (2012-2014)

Evento	Total de trabalhos	Trabalhos sobre movimentos sociais	Debate teórico	Reflexões a partir da prática concreta
ENPESS (2012)	1343	52	78%	22%
CBAS (2013)	1288	48	34,61%	9,5%
ENPESS (2014)	940	69	66%	34%

Fonte: ABEPSS (2022).

A situação verificada é levada como preocupação na hipótese de Dias (2021) na qual surge o questionamento se a categoria profissional estaria distante dos movimentos sociais. As reflexões também se acumulam em torno da graduação e pós-graduação. Através da sistematização da ABEPSS (2022), identificamos nos apontamentos de Dias (2021), ao analisar os projetos pedagógicos dos cursos de Serviços Sociais de universidades públicas, que, embora a temática dos Movimentos Sociais não esteja ausente sob forma de disciplinas, os resultados demonstram “que a formação, apesar da direção hegemonicamente crítica e progressista, proporciona baixa aproximação dos discentes de Serviço Social com o debate de movimentos sociais e experiências nestes espaços” (Dias, 2021 *apud* ABEPSS, 2022, p. 40).

Essa notável dissolução da relação do Serviço Social com a tematização das lutas e movimentos sociais, verificada nessa exposição, pode significar uma relação com o avanço neoliberal a partir dos anos de 1990. A programática do neoliberalismo tem empreendido um ataque às lutas e movimentos sociais como estratégia de reorganização do capital, subvertendo, em nível ídeo-político, as lutas coletivas ao processo de criminalização e penalização, o que acaba, não sem resistências, comprometendo as organizações populares nas aproximações com os espaços institucionais e extra institucionais.

Outro ponto importante de relação conjuntural liga-se intimamente ao próprio projeto profissional do Serviço Social, diante do seu processo de constituição que levou ao seu desenvolvimento a força política dos setores progressistas da profissão, que apreenderam e incorporaram a força política dos movimentos e organizações dos trabalhadores do final da década de 1970, como nos lembra Duriguetto (2014). Acrescenta Netto (2006), que as contribuições e a continuação do projeto ético-político profissional do Serviço Social, diante do tensionamento trazido pelas forças neoliberais, dependem da absorção da maioria do corpo profissional e do fortalecimento dos movimentos democráticos e populares, que foram fragilizados e pressionados nos últimos anos.

Ainda sobre o aspecto conjuntural que pode, em algum grau, vincular-se a essa retração com os movimentos sociais, é o esforço da ofensiva conservadora que, com a influência da pós-

modernidade e as regressões operadas pelo neoliberalismo, conduzem a uma tendência de tecnificação do Serviço Social, subsumindo-o ao pragmatismo e ao empirismo. Para Mota e Amaral (2014, p. 41), estes desafios postos pela atual conjuntura “insiste em reduzir o projeto profissional a sua viabilidade prática, tecnificando-o e imprimindo uma racionalidade e instrumentalidade negadora dos seus princípios e propósitos”. Compreendemos, assim, que perder a ligação com as lutas e movimentos sociais significa fragilizar o projeto profissional da profissão, além de opor-se a Lei de Regulamentação enquanto competência profissional e negar um direito profissional posto no Código de Ética.

Suplementa esse debate que a comprovada vinculação do Serviço Social aos movimentos sociais liga-se aos fundamentos ético-políticos da profissão, fazendo que na espreita dessa relação se encontre um conjunto de possibilidades de intervenções para fortalecer as lutas e movimentos sociais. Para Duriguetto (2014), essas possibilidades se encontram no fomento à organização e mobilização dos sujeitos, seja no desenvolvimento de ações junto aos movimentos e as lutas sociais, no sentido de identificar suas demandas, de contribuir na formulação de estratégias para defesa e acesso dos seus direitos, de reforçar a importância da participação desses movimentos nos fóruns, conselhos e conferências e incentivar a troca de experiências com outros movimentos e organizações populares. De igual maneira, a partir de alianças com as instâncias representativas dos interesses populares, em que os/as assistentes sociais podem contribuir para a discussão das políticas e construção de alternativas para as suas reivindicações, a partir, principalmente, da socialização de informações sobre essas políticas com base no que se verifica na sua atuação profissional.

Considerações finais

O Serviço Social se liga aos movimentos sociais, ainda que maneira conservadora, desde o início da profissão, quando estabelece relação com a base de militância tradicional da Igreja Católica. A superação dessa vinculação tradicional emerge com o Movimento de Reconceituação, especificamente dentro do movimento histórico de Intenção de Ruptura, a partir do rompimento com as bases tradicionais/conservadoras e com um questionamento dos pilares fundamentais da sociedade capitalista.

O movimento de intenção de ruptura ocorre paralelo a abertura do movimento democrático no Brasil, e constrói, a partir desse momento, um vínculo orgânico do Serviço Social com os movimentos sociais e as lutas coletivas pela redemocratização do país. Essa relação da categoria profissional junto aos movimentos e lutas sociais consolida-se com o projeto profissional e o estabelecimento da Lei de Regulamentação Profissional, o Código de

Ética e as Diretrizes Curriculares.

Apesar do vínculo com as lutas e movimentos sociais, o panorama atual demonstra que essa relação se apresenta fragilizada a partir de três pontos, quantitativa e qualitativamente: primeiro, há uma diminuição no número de produções dos/as assistentes sociais que abordem essa temática; segundo, no ensino superior, no nível de graduação e pós-graduação, o debate dessa vinculação não está sendo privilegiado, representando pouco investimentos nas pesquisas, além de referências que não abordam sua relação com o trabalho profissional; por fim, que o número de trabalhos publicizados que tratem de relatos e/ou experiências do exercício profissional em âmbito extra institucionais é pouco expressivo.

A preocupação com esse cenário é reforçada quando ao Serviço Social a dimensão investigativa é parte essencial da sua intervenção, indicando que é necessário conhecer para poder intervir. Condensando esse pressuposto aos estudos com as lutas e movimentos sociais, encontramos que o crescente processo de desmobilização das lutas coletivas organizadas, engendrada pelo capital, pode obnubilar o processo de vinculação e relação com o Serviço Social. Ainda, é possível estender essa preocupação para o movimento interno da profissão, com a indicação de um retorno mais notável de práticas mais empiristas e pragmáticas dentro da categoria profissional, chamando à uma visão de psicologização dos indivíduos, comprometendo efetivamente a direção política do atual projeto profissional.

Referências bibliográficas

- ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996)*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- ABEPSS. *Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2022.
- ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. do S. R. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetórias de lutas e desafios contemporâneos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 97, v. 30, p. 85-108, jan./mar. 2009.
- ARAÚJO, N. M. S. O Serviço Social como Trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. *Serviço Social & Sociedade*, n. 93, p. 5-28, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei 8.662*. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília, 7 de junho de 1993.
- BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em 10 jun. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de ética Profissional do Assistente Social*. Brasília, 1993.

- COSTA, L.; R. S. T.; GONÇALVES, M. da C. V. Relação entre Dimensão investigativa e Serviço Social. In: SANTOS, V. N.; GONÇALVES, M. da C. V. (org.). *Exercício Profissional em Serviço Social numa conjuntura adversa*. São Cristóvão/SE. Editora UFS, 2020.
- DAL MORO, M. D.; MARQUES, M. G. A Relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na Contemporaneidade. *Temporalis*, n. 21, jan./jun. 2011.
- DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, B; DURIGUETTO, M. L (orgs.) *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GUIMARÃES, M. C. R. Movimentos sociais e fundamentos do Serviço Social: entrelaçamentos e paradoxos na formação profissional. *Serviço Social em Perspectiva*, n. 2, jul./dez. 2022.
- KAMITANI, E. A crise do capital: uma resenha sobre a obra de Ernest Mandel. *Revista Urutágua - Revista Acadêmica Multidisciplinar*, n. 12, abr./maio/jun./jul. 2007.
- MARONEZE, L. F. Z.; BRITO, D. F. de; FERREIRA, P. H. C. A Formação Profissional do/a Assistente Social no Contexto da Reforma do Ensino Superior no Brasil: Desafios ao Exercício Crítico da Profissão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória, ES. *Anais [...]*. Vitória: ABEPSS, 2018.
- MARQUES, M. G. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Vitória, ES. *Anais [...]*. Vitória: ABEPSS, 2010.
- MOTA, A. E.; AMARAL, Â. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, A. E; AMARAL, Â. (org.). *Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, pejejas e desafios*. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 23-43.
- NETTO, J. P. A construção do projeto ético político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez. 2006.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- NETTO, J. P. A crítica conservadora à reconceptualização. *Serviço Social e Sociedade*, n. 5, ano II. São Paulo: Cortez, 1981.
- PAULISTA, M. I. *O passado sempre presente: as concepções de formação na história da faculdade Paulista de Serviço Social*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2009.
- PEREIRA, M. F. de C.; OLIVEIRA, N. C. de. Serviço social e movimentos sociais: história e reflexões sobre o amadurecimento teórico-metodológico. *Revista Serviço Social em Debate*, n. 1, 2019.
- SILVA, J. F. S. de. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-297, jul./dez. 2007.
- SILVA, M. O. da S. e. Trinta anos da Revista Serviço Social & Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. *Revista Serviço Social & Sociedade*, v. 100, p. 599-649, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/1/155>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- SOUZA, R. S. de; CASTRO, A. G. Movimentos Sociais, Serviço Social e direitos humanos no Brasil. In: *Congresso Catarinense de Assistentes Sociais*. Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Movimentos-Sociais-Direitos-Humanos-e-SS-no-Brasil2.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.